

# **DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO PESCADO CULTIVADO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

**REUNIÃO PLENÁRIA DO COMPECA**

**São Paulo, 20 de Setembro de 2013**

## Elaboração de estudos técnicos e econômicos para viabilização da desoneração tributária das cadeias produtivas de pescados cultivados.



### Objetivo

- ☐ Tornar os preços de vendas do pescado cultivado acessíveis aos consumidores finais de baixa renda;
- ☐ Promover o aumento da produção, proporcionando investimentos na indústria, com consequente geração de empregos;
- ☐ Incentivar a formalização da mão de obra, melhorando as condições de vida dos profissionais da pesca e proporcionando maior controle e aumento da arrecadação para o país;
- ☐ Permitir que os produtores nacionais de peixe possam competir em condições melhores e mais justas com os produtores de peixes importados, pois a competitividade está comprometida devido à alta tributação.

## Alternativas para desoneração

- Redução da alíquota (inclusive para zero);
- Redução da base de cálculo;
- Suspensão do imposto;
- Isenção do imposto;
- Compensação do imposto; e
- Diferimento do imposto.

# CANAIS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TILÁPIAS E TAMBAQUIS

Dados Atuais

Produtos	Produtores	Pesque e pague	Entrepósitos	Indústrias	Supermercados	Feiras e peixarias	Restaurantes	Índice de Preços
Peixe vivo	35	65						100
Peixe resfriado, inteiro - I	35				65			125
Peixe resfriado, inteiro - II	25		30			45		150
Peixe resfriado, filés - I	20		25			55		250
Peixe resfriado, filés - II	25				75			300
Peixe congelado	25			30	45			300
Peixe preparado	20		20				60	350

Fonte: Núcleo de Tributos da FGV Projetos

- As participações percentuais em cada linha expressam números relativos e totalizam cem por cento;
- Destacam-se:
  - A baixa participação dos produtores no preço final. A margem relativa do produtor varia na razão inversa com o grau de elaboração do produto, enquanto o seu preço, em valor, pouco varia;
  - Os agentes intermediários, indústrias e entrepostos de peixes, também têm baixa participação, mas isso se deve mais ao fato de não intervirem em todas as operações dos canais de venda em que estão presentes;
  - Os agentes que vendem ao consumidor final são os que obtêm maior receita relativa em cada linha de produtos, desde o peixe vivo até o peixe servido como refeição em restaurantes;
  - O índice de preços da última coluna é ilustrativo da amplitude da variação do preço relativo do pescado segundo o grau de elaboração dos produtos.

## Produção / Consumo de Pescados

### Situação Atual

Todos os Estados já instituíram algum tipo de benefício ou incentivo fiscal.

### Convênios

**Convênio 128, de 1994:** autorizou UFs a reduzirem a carga tributária do ICMS para 7% nas operações internas com pescados (**cesta básica**)

**Convênio 060, de 1991 (não mais em vigor):** autorizou UFs a isentar os pescados nas operações internas e a conceder redução de base de cálculo de 40% nas operações interestaduais

### Alíquota

Alíquota média de ICMS  
**3,35%**



O ICMS médio de cada UF foi ponderado pela produção de tilápias e tambaquis daquela UF em 2010



## Rações para Pescados

Têm redução do imposto somente para operações interestaduais

**Convênio 100, de 1997:** reduziu a base de cálculo em 60% nas operações interestaduais **com rações**. Também promoveu a redução em 30% da base de cálculo de diversos **insumos das rações** em operações interestaduais.

**40% de 12% (S, SE)**  
**40% de 7% (N, NE, CO)**

## MAIORES PRODUTORES

Cinco Estados produtores (Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) concentram mais de 52% da produção nacional.

Entre estes Estados, prevalece a alíquota média de ICMS superior a 5% (acima da média nacional).

## MELHOR EXEMPLO: GOIÁS

Alíquota média de ICMS de 1,3%

Melhor “pacote” de benefícios fiscais: concede isenção a peixes, rações e alevinos



2004

2013

## Lei 10.925

- Suspensão do PIS/COFINS na produção de peixes vivos
- Crédito presumido na venda de peixes vivos: 60% do valor que seria devido na operação de venda. O adquirente somente pode aproveitar o crédito na apuração de suas próprias contribuições.

## MP 609

- Redução a zero das alíquotas incidentes na receita de venda de peixes frescos, refrigerados, congelados, filés e outras partes
- Redução a zero na importação de peixes

## Efeito da MP 609

- Crédito presumido tornou-se inútil
- Redução das alíquotas a zero não significou desoneração de 9,25%, pois já havia desde 2004 (Lei 10.925) redução de 60% de 9,25%

- Cumulativa: 3,65%
- SIMPLES: 1,82%



Distribuição das receitas da venda de pescados e decomposição da participação relativa das receitas segundo o regime de apuração do PIS e do COFINS

Agentes econômicos	Regimes de apuração			Participação
	SIMPLES	CUMULATIVO	NÃO CUMULATIVO	
Produtores	25	25	50	23%
Pesque & pague	80	20	-	4%
Entrepósitos	20	40	40	12%
Indústrias	20	30	50	10%
Supermercados	15	25	60	18%
Feiras/peixarias	60	20	20	17%
Restaurantes	30	40	30	16%
<b>T O T A L</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

Fonte: Núcleo de Tributos da FGV Projetos

- A cobrança do PIS e da COFINS, depois da redução a zero das alíquotas incidentes, permaneceu apenas no último agente econômico relacionado, o restaurante, cuja receita representa 16% do total gerado pelo setor;
- Considerada a distribuição dessa parcela segundo os regimes de tributação, e tendo em conta as respectivas alíquotas, encontra-se a carga tributária remanescente de PIS e COFINS sobre os pescados: **0,8%**.



## Comparação entre peixes e frangos/suínos

- A **Lei 12.350, art. 54**, suspendeu a cobrança do PIS e da COFINS nas seguintes operações de venda:
  - I. de cereais (milho, soja, cevada, aveia, etc.) para pessoa jurídica produtora de rações destinadas à alimentação de aves e suínos;
  - II. de rações destinadas à alimentação de aves e suínos;
- A **Lei 12.350, art. 55**, concede crédito presumido (a) ao produtor de ração destinada à alimentação de aves e suínos pela compra de cereais e (b) ao produtor de aves e suínos, pela compra de ração. Isso significa que:
  - Na produção de aves e suínos, as matérias primas da ração e a ração não pagam PIS e COFINS e seus adquirentes têm o direito de descontar créditos presumidos dessas Contribuições. **Enquanto isso, o produtor de peixes não usufrui de nenhum desses benefícios;**
  - Considerando que a ração é o componente mais expressivo do custo de produção de pescados, **sugere-se ao Ministério da Pesca e Aquicultura que proponha ao Ministério da Fazenda, até por uma questão de equidade tributária, estender aos peixes os benefícios previstos nos artigos 54 e 55 da Lei 12.350;**
  - Considerada a distribuição dessa parcela segundo os regimes de tributação, e tendo em conta as respectivas alíquotas, encontra-se a carga tributária remanescente de PIS e COFINS sobre as rações e suas matérias-primas: **1,02%.**

## NCM / Impostos Incidentes

### Máquinas de processamento de peixes

- 8438.80.20: imposto de importação = zero
- 8438.80.90: imposto de importação = 14%

### Boias, balsas e viveiros tubulares

- 8907.90.90:
  - imposto de importação = 14%
  - IPI = 5%

### Caixas isotérmicas

- 3923.10.90:
  - imposto de importação = 18%
  - IPI = 15%

### Mangueiras

- 4009.11.00:
  - imposto de importação = 14%
  - IPI = 10%

### Viveiros em redes

- 5608.11.00: imposto de importação = 18%

### Filtros

- 8421.21.00: imposto de importação = 14%

## Proposta

- Encaminhar pleito à **Camex** requerendo que as máquinas do código 8438.80.90 sejam incluídas na Lista de Exceções à TEC, com alíquota zero;
- Não sendo possível (no caso de a Lista de Exceções estar completa), o MPA deve solicitar a inclusão como 'ex tarifário', em que a alíquota do imposto passará a ser de 2%
- Verificar junto ao setor empresarial a existência de similar nacional, tendo em vista que os citados produtos não constam da relação, editada pela **Camex**;
- Se não houver similar nacional, requerer à **Camex** a inclusão na Lista de Exceções à TEC, para obter alíquota zero, bem como a inclusão na lista de produtos sem similar nacional;
- Requerer ao **MF (RFB)** a criação de destaques à TIPI para reduzir a zero a alíquota do IPI.
- Encaminhar pleito à **Camex** de inclusão na Lista de Exceções à TEC, com alíquota do imposto reduzida a zero

- **OMC:**
  - o limite estabelecido para a alíquota incidente sobre peixes, crustáceos e moluscos é **35%**, com a exceção do bacalhau, cuja alíquota é zero (Lista Consolidada de Mercadorias, aprovada pelo Decreto 1.335, de 1994, depositada pelo Brasil em Genebra);
- **Mercosul:**
  - a alíquota TEC dos peixes, crustáceos e moluscos é **10%**, exceto quando destinados à reprodução, hipótese na qual a alíquota é zero;
- Caso se pretenda frear o avanço das importações de peixes, **as alíquotas ora vigentes poderiam ser elevadas de 10% para 35%**, teto máximo da OMC, **desde que autorizado pelo Conselho do Mercado Comum – CMC do Mercosul;**
- Alternativamente, também é possível aumentar a alíquota do imposto de **importação sem a consulta aos demais países do Mercosul. É o caso da Lista de Exceções à TEC, na qual o Brasil pode incluir até 100 códigos de mercadorias da NCM;**
- Os pleitos para inclusão na Lista de Exceções à TEC são analisados pela **Camex;**
- Contudo, **nenhuma medida poderá afetar as importações dos países membros do Mercosul, bem como as dos demais países da Aladi,** com os quais o Mercosul firmou Acordos de Complementação Econômica, estabelecendo margem de preferência de 100% nas importações de peixes, ou seja, as importações de tais países também não pagam imposto de importação;
- **Alguns peixes com alíquota especial de importação:** (a) alíquota zero para as importações de **salmão do Chile;** (b) anualmente, é autorizada a importação de determinado volume de **sardinhas** com a alíquota favorecida de 2%; (c) alíquota zero para as importações de **bacalhau;**
- **A elevação da alíquota TEC do imposto de importação de peixes para 35%, limite estabelecido na Lista III do Brasil depositada na OMC, ou a inclusão dos peixes na Lista de Exceções à TEC nos mesmos 35%, poderia permitir uma proteção de mercado para os peixes produzidos no País, mesmo ao alcançar apenas os peixes originários de países asiáticos, como China, Vietnã, Tailândia e Marrocos, por exemplo.**

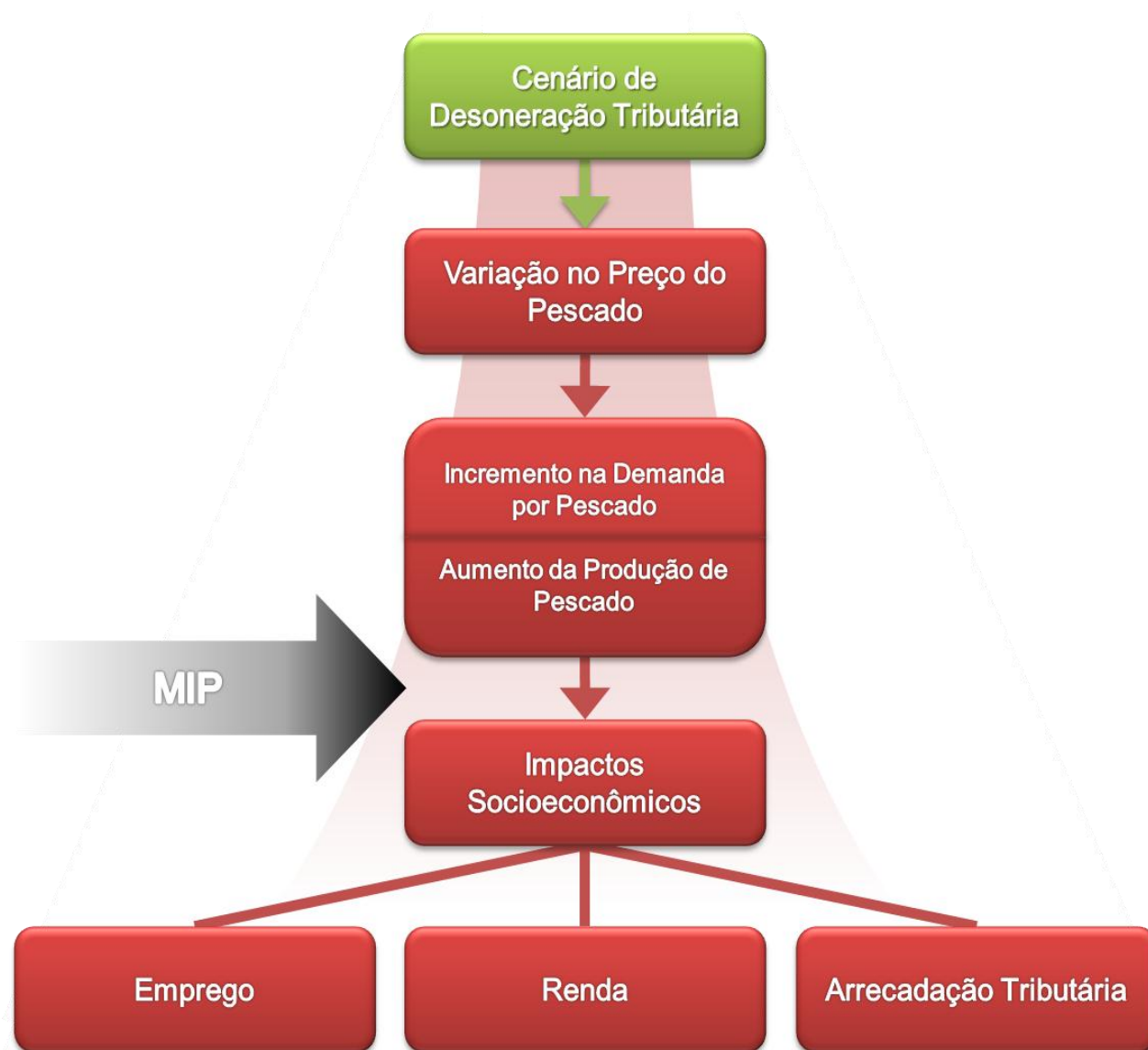


- **Lei 12.794, de abril de 2013:**
  - incluiu os peixes, crustáceos e moluscos no regime tributário de desoneração da folha de pagamento;
  - a contribuição patronal de 20%, que incide sobre a folha de salários e nos pagamentos a autônomos, foi substituída por contribuição de 1% sobre a receita bruta obtida com a venda desses pescados.
- Haverá efetiva vantagem para as empresas cuja proporção da folha de salários desonerada da contribuição de 20% represente mais de 5% da receita bruta com a venda dos pescados.
  - mesmo no caso de desoneração total, se a folha de salários for menor do que 5% da receita bruta, a empresa será 'onerada pela desoneração', uma vez que o regime tributário substitutivo é mandatório, não opcional.
- Os importadores de peixes também foram beneficiados pelo novo regime:
  - instituído adicional de 1% à Cofins devida na importação de peixes, crustáceos e moluscos, neste caso, independentemente de o importador ter ou não empregados no País;
- O regime tributário de substituição das citadas contribuições está previsto para vigorar até 31 de dezembro de 2014.



## Mensuração dos impactos socioeconômicos relativos a cada um dos cenários de desoneração tributária

- Uma redução no preço do pescado como resultado da desoneração tributária induz um aumento em seu consumo, gerando um equivalente aumento na produção de pescado que, por sua vez, gera efeitos em cadeia na economia;
- Os efeitos desta dinâmica podem ser mensurados através do arcabouço metodológico da **matriz insumo-produto** (MIP):
  - **Efeitos diretos**: efeitos dos choques na demanda final sobre as atividades finais (no caso, a aquicultura).
  - **Efeitos indiretos**: efeitos sobre as atividades que compõem os elos da cadeia produtiva. Se dão pelas relações de consumo intermediário entre as atividades.
  - **Efeitos induzidos**: efeitos do aumento da renda dos trabalhadores dos setores afetados pelos choques diretos e indiretos. Se dão pelo aumento do consumo das famílias.



## Procedimentos adotados para o cálculo dos impactos

- Estimação do valor de produção do setor para o ano de 2013 através dos dados de preços e quantidades do Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Estimação do impacto de variações no preço sobre o consumo – *Elasticidade-Preço da Demanda* do pescado, variação percentual na demanda induzida por uma variação percentual no preço.
- Construção de uma Matriz Insumo-Produto Nacional com o setor de Aquicultura – originalmente inserido no setor de “Pecuária e Pesca”.

## Resultados

### Impacto direto sobre a demanda de produtos da aquicultura (R\$ milhões)

Cenário de Desoneração Tributária	Aumento na Demanda Final
3%	128,42
5%	214,04
10%	428,08

Elaboração: FGV (R\$ milhões em preços de 2012)

### Impactos na economia nacional (cenário de 5% de desoneração)

Variável	Impacto Direto	Impacto Indireto	Impacto Induzido	Impacto Total
Valor adicionado bruto (PIB) – R\$ milhões	118,85	117,83	216,39	453,07
Remunerações	52,57	51,56	89,95	194,07
Salários – R\$ milhões	43,19	40,48	72,41	156,09
Contribuições sociais efetivas – R\$ milhões	9,38	11,00	17,36	37,74
Valor da produção – R\$ milhões	213,27	237,64	436,57	887,49
Emprego (número de ocupações)	2.629	5.331	8.126	16.085
Impostos sobre a produção (Total)	2,84	19,79	48,08	70,71
Importação – R\$ milhões	10,85	13,51	31,88	56,23

Elaboração: FGV.



## Setores mais impactados

### Setores mais impactados pela desoneração (valor da produção)

Ordem	Setor	% do Impacto Total
1	Pesca	18%
2	Comércio	18%
3	Alimentos e Bebidas	9%
4	Transporte, armazenagem e correio	5%
5	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4%
6	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	4%
7	Atividades imobiliárias e aluguéis	4%
8	Serviços prestados às empresas	3%
9	Pecuária e pesca	3%
10	Refino de petróleo e coque	3%

Elaboração: FGV.

Um extrato das principais sugestões das medidas tributárias, econômicas e sociais, entendidas como relevantes para impulsionar a indústria aquícola no Brasil, é apresentado a seguir, com considerações a respeito:

- **Propor ao Conselho de Política Fazendária (Confaz), por intermédio do Ministério da Fazenda aprovação de Convênio que reduza à zero a base de cálculo do ICMS, nas operações internas e interestaduais de pescados e de rações ou unificação das alíquotas do ICMS, de acordo com as legislações aplicáveis nas 27 Unidades Federativas, evitando, assim, a disputa fiscal entre os Estados da União;**
- **Propor ao Ministério da Fazenda, até por uma questão de equidade tributária, estender ao pescado e rações os benefícios previstos nos artigos 54 e 55 da Lei nº 12.350 que são aplicados às aves e suínos;**

- **Requerer ao Ministério da Fazenda (Receita Federal) a criação de destaques à Tabela de Incidência do Imposto sobre produtos Industrializados (TIPI), com a identificação dos produtos e da alíquota do IPI a ser aplicada, de acordo com o respectivo código NCM, para reduzir a zero a alíquota do IPI de máquinas e equipamentos do setor aquícola, que ofereçam alta tecnologia e produtividade;**
- **Requerer à Câmara de Comércio Exterior a inclusão na Lista de Exceções (CAMEX) à Tarifa Externa Comum (TEC), para obter alíquota zero de máquinas e equipamentos sem similar nacional, voltados ao aumento da produtividade e melhoria tecnológica da atividade aquícola;**

- Sugerir a unificação, aperfeiçoamento e simplificação do processo de licenciamento ambiental para todas as Unidades da Federação, de forma que esse processo se torne mais célere para a implantação e operação de empreendimentos nos parques aquícolas.
- Viabilização do Licenciamento Ambiental Diferenciado (novas diretrizes para alterar a Resolução 413/2009, tornando mais simplificado e rápido o licenciamento: grande gargalo na implantação e aumento da atividade aquícola, desestimulando investimentos do grande produtor e contribuindo com informalidade do setor;
- Ampliação das áreas destinadas à implantação de parques aquícolas
- Promover investimentos tecnológicos na indústria, melhoria da produtividade e geração de empregos mais especializados, com estímulo ao aumento da capacitação do produtor e com consequente aumento da produção;
- Incentivar a formalização da mão de obra, melhorando as condições de vida dos profissionais da pesca e proporcionando maior controle através de dados estatísticos mais consistentes, além de aumentar a arrecadação para o País;

- É importante observar que os impactos econômicos associados às desonerações tributárias são crescentes e substanciais.
- Estes resultados são evidências empíricas importantes para contextualizar a desoneração de impostos indiretos como um instrumento de política de desenvolvimento com implicações para todo o sistema produtivo e não somente para o setor no qual ela está inicialmente direcionada.
- Ademais, como o aumento sobre a demanda não é transitório, os impactos econômicos associados a essa políticas se somam e podem ter efeitos importantes sobre o crescimento econômico no longo prazo.

# Obrigado!

Fernando Luiz de Vasconcellos Quintella

fernando.vasconcellos@fgv.br